

**IMPrensa DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA**  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

# História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia

**Irene Vaquinhas  
António Rafael Amaro  
João Paulo Avelãs Nunes  
Manuel Ferreira Rodrigues**  
COORDENAÇÃO

**Edição**

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**Infografia da Capa**

Carlos Costa

**Infografia**

Pedro Bandeira

**Impressão e Acabamento**

KDP - Kindle Direct Publishing

**ISBN**

978-989-26-2228-6

**ISBN Digital**

978-989-26-2229-3

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2229-3>

## MUSEU DO MAR D. CARLOS I, EM CASCAIS

José d'Encarnação

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

jde@fl.uc.pt

A 22 de Maio de 2003, por iniciativa do Grupo dos Amigos do Museu do Mar de Cascais, tive oportunidade de evocar as origens desta entidade. É dessa conferência, proferida no auditório do Casino Estoril, que ora me faço eco.

Comemoravam-se, então, os 25 anos do museu, porque fora em 1978, como adiante se dirá, que, por força de uma resolução camarária, o museu ganhara estatuto. Por isso, eu começara por dizer que ia contar uma odisseia, para que mais uma oportunidade se não perdesse, o Génio se não matasse e se não repetisse a história de Ícaro!... Referi, aliás, a esse propósito, os versos de Isolina Alves Santos:

*Ó sonbo, não voes tanto  
Que eu não posso alcançar!  
Minhas asas são de encanto,  
Tenbo medo de as quebrar!*

Para rematar com a ideia que **memória** pode coexistir com **inovação**, sem prejuízo mútuo. Aliás, esses dois conceitos correm

sempre sério risco de se digladiar. Corriam-no em 2003; correm-no neste dealbar de 2020. E não virá a despropósito citar o reparo então feito: no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus (18 de Maio), os técnicos camarários haviam ignorado a existência do Grupo dos Amigos do Museu, que, por sinal, se fizeram no Museu do Mar, num ano especialmente dedicado aos Amigos dos Museus! Daí o facto de o Grupo ter programado um convívio, pretexto para estreitar dinamismos em torno de um objectivo comum.

Odisseia, sim, porque se está perante um poema de amores, heroísmos, seduções, canto de sereias, crueldades de Polifemo, astúcias e estratagemas vários, fugas estratégicas... E o reencontro com a fidelidade do cão e da esposa Penélope, regaço amoroso, ainda é, no caso vertente, horizonte por avistar, longínquo...

Evitarei alguns escolhos – que a viagem se quer de aventura e o mar incita a remadas largas. Compassadamente.

Diremos:

- 1) do carregamento precioso que se deixou fugir;
- 2) doutro carregamento que se namorou, namoro longo, de amuos e reconciliações, como convém;
- 3) do casamento à vista – casa posta, papéis quase prontinhos;
- 4) da fuga inopinada do cônjuge na véspera do grande dia!
- 5) da tristura de Penélope e do assalto dos pretendentes – mas disto, confesso, há um nó na garganta e temo não poder falar.

#### **D. Carlos**

Uma referência obrigatória. O iate D. Amélia frequentemente ancorado em Cascais para as pesquisas oceanográficas; o Jardim da Parada onde el-rei jogara ténis... Por conseguinte, seria ele o patrono do museu.

Outros, muito melhor do que eu, já tiveram oportunidade de referir essa notável actividade régia de que resultou a colecção, de conchas,

por exemplo, e não só, que Cascais deixou fugir para o Aquário Vasco da Gama. Ficou a nostalgia, o vazio, a sensação de oportunidade perdida, porque se tivera uma jóia ao alcance da mão e...

### **A Cidadela**

El-rei estivera alojado na Cidadela; contudo, logo nos primórdios da República, tanto o palácio real como a fortaleza foram, por decisão governamental que nunca logrou concretizar-se, dados «ao povo de Cascais».

Durante o Estado Novo, o aquartelamento manteve as suas funções militares e estratégicas, tanto para o exterior como, depois, para o interior (o regimento nela aquartelado, recorde-se, teve papel preponderante na Revolução de Abril); o palácio era residência oficial de Verão dos presidentes da República.

Mas a posição face ao Atlântico auspiciou sempre a possibilidade de ali vir a instalar-se algo que restituísse aos cascalenses essa eterna e mui estreita ligação ao mar!

E outros dados começaram a ganhar força.

Assim, a 20 de Agosto de 1966, sob o título «Achados que podem ter valor ornamental e turístico», o *Jornal da Costa do Sol* dava conta do achamento de canhões ao largo do Cabo da Roca por uma equipa de mergulhadores constituída por António Gil, António Pedro, António Amaral, Fernando Pinto, José Luís Salgado e José Braga. Sugerira-se que esses achados fossem adquiridos pelas entidades locais a fim de não saírem da Costa do Sol.

Comentei essa informação em 1975 (p. 85):

«A ideia não foi aceite. Por isso, permitimo-nos repisá-la. Inúmeros canhões têm sido retirados; outros se encontram ainda sepultados no fundo do mar, como por diversas vezes a Imprensa noticiou. Todos esses vestígios do passado da vila – do mar da vila – se dispersam por aqui e por ali. E Cascais, vila de pescadores,

não dispõe hoje dum museu – ou duma secção de museu – onde se recorde a vida do mar, onde se relembrem os frequentes naufrágios havidos numa zona de mar bravio. Os canhões encontrados em 1966 foram para o Museu da Marinha. Os que repousam sob as águas – para onde irão?».

Referia-me, mais adiante (*ibidem*, p. 107-108), às preocupações (houvera, a 28 de Fevereiro, um terramoto) e às aspirações da população cascalense em 1969:

«E será também de incluir nas aspirações o aproveitamento turístico da Cidadela, vetusta relíquia dum glorioso passado? Supomos que sim. A esse respeito, publicou o jornalista Viriato Dias, a 22 de Março, no *Jornal da Costa do Sol*, um extenso artigo «Cascais: para a sua velha cidadela, aproveitamento digno», em que, após ter salientado como o interesse militar actual do edifício é escasso, sugere a instalação aí do Instituto Hidrográfico e do Aquário Vasco da Gama, concluindo a sua (cerrada) argumentação:

Cascais é, indubitavelmente, uma terra de turismo, mas que não dispõe, ainda, de muitas atracções para os forasteiros, os quais se limitam a visitar um parque municipal de reduzido interesse, um museu (Castro Guimarães) pouco divulgado e algumas belezas naturais.

Um museu oceanográfico, um aquário, um Instituto de Biologia e, paralelamente, uma exposição de assuntos cartográficos no Instituto Hidrográfico, poderiam ser um pólo de atracção para a sede do concelho que foi berço do turismo em Portugal e à qual estão ligadas longínquas e vultosas tradições marítimas.

A vetusta cidadela, onde, com o rodar dos tempos, se criaria um museu natural de oceanografia – grande, enorme e imperdoável lacuna existente no País – continuaria, assim, a sua função junto ao mar».

## O Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina

O assunto não teve qualquer seguimento, até que, na Primavera de 1972, um colega meu na Escola Salesiana do Estoril, professor de Ciências Naturais, o saudoso Dr. Araújo Cordeiro, me falou de uns moços ‘doidos’ por pesquisa submarina, que se correspondem com gente de muitas partes do mundo, que fazem intercâmbio cultural, que não se interessam por ‘comércio’, que já têm uma enorme colecção de espécimes guardada em ínfimas condições:

– Eles precisam urgentemente duma sala onde exponham aquilo. E é uma pena que não se arranje nada para eles aqui na Costa do Sol. Um museu de aves e peixes na Costa do Sol é que estava mesmo bem.

Fui ver. Com ele. E, por mais consideração que as palavras do Dr. Cordeiro me houvessem merecido, não supunha que pudessem ficar tão aquém da realidade! Havia nove anos de incansável trabalho que o Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina fora acumulando uma riqueza extraordinária!...

Retratei no *Jornal da Costa do Sol* de 8 de Abril de 1972, em extenso artigo, o que me fora dado ver:

«As aves marinhas embalsamadas (algumas delas pertencentes a espécies em vias de extinção), os peixes raros e os crustáceos – tudo embalsamado com uma técnica original, diremos até única no mundo (ainda que executada em deficientes instalações), e tudo espalhado aqui e além: numa garagem em Caxias, aves do maior porte; na casa do Chico Reiner (nas salas, na cozinha, nos corredores, no próprio quarto de dormir), crustáceos e peixes; na cave, frascos e mais frascos e, pelo chão, caixotes cheios de espécies. A monte, caixotes recém-chegados de Angola, que esperam urgentemente um local onde possam ser abertos.

Urgentemente – porque, a esperar muito tempo, todo o trabalho irá por água abaixo, toda a riqueza pacientemente acumulada se perderá».

Contactei, por isso, Joaquim Miguel de Serra e Moura, presidente da Junta de Turismo da Costa do Sol. Expliquei-lhe a situação e acompanhei-o, a 30 de Março de 1972, na visita que eu antes fizera. Uma expressão de espanto e maravilha! A dele e a de Jorge Brum do Canto, «o conhecido cineasta fundador do Clube dos Amadores de Pesca de Portugal, um perito nestes assuntos, que nos acompanhou também».

Explicitava-se que um primeiro motivo para dar apoio a este grupo residia na originalidade da sua técnica de conservação das espécies marítimas e de aves marinhas; e, em segundo lugar, na «riqueza do espólio já obtido»:

«Riqueza que pode avaliar-se pela variedade das espécies. Pela sua raridade e valor documental (o Núcleo tem possibilidade de fazer um estudo de zonas delimitadas da nossa costa e expor a fauna nelas existente). Para darmos uma ideia (pálida) do que nos foi dado observar, diremos que sobre um guarda-louça, em casa do Chico Reiner, há mais de duas dezenas de caranguejos, um deles mais pequeno que um polegar, com patas da grossura de alfinetes – tudo conservado. Ao nosso lado, Brum do Canto, agarrado ao cachimbo, só dizia, passando de maravilha em maravilha: “Mas isto é extraordinário!”».

Vimos nesse dia um pequeno documentário sobre a costa angolana, já com técnica avançada, para seis projectores simultâneos, regulada por um minicomputador, a dar-nos ideia do que, do ponto de vista didáctico e turístico, se poderia fazer.

Serra e Moura concordou: a Costa do Sol não pode deixar perder esta riqueza. Apontava-se a possibilidade de um dos fortes da orla a poderem vir a receber e, para já, a necessidade de um armazém, mesmo que provisório, onde as espécies de Angola (e outro, de 400 kg, aguardava embarque) pudessem vir a ser desencaixotadas. E houve

logo a promessa de, com o patrocínio da Junta de Turismo, vir a fazer-se uma exposição no Pavilhão de Congressos.

Desta sorte, logo a 29 de Abril seguinte, *Jornal da Costa do Sol* anunciava que «graças à Junta de Turismo, a Costa do Sol espera vir a ter um museu de peixes e aves marinhas embalsamadas», uma vez que o primeiro passo já fora dado: «o edifício do Cruzeiro (no Monte Estoril) foi cedido gentilmente à Junta para o desencaixotamento das espécies». Ou seja, Serra e Moura contara, em reunião de Junta, o que vira e os vogais foram unânimes em garantir a disponibilidade «para acarinhar com o maior entusiasmo a referida iniciativa». Por isso, logrou obter do industrial José Machado, proprietário do Cruzeiro, uma ou duas salas, cedidas «por um prazo razoável». E apontava-se, desde logo, a possibilidade da exposição «para o público e as entidades se aperceberem da grandeza do conjunto» e a intenção de «se estudarem as linhas mestras da instalação definitiva dum museu».

Perante estas perspectivas, o Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina da Costa do Sol começou a trabalhar quer no acondicionamento dos espécimes quer, de modo especial, no «estudo e investigação de biologia e geologia marítima, pensando também na possibilidade de colaborarem em pesquisas arqueológicas subaquáticas». Era vasto o rol de actividades a que se dedicavam e que se explicitavam em mais um texto do *Jornal da Costa do Sol* (edição de 8 de Julho de 1972):

«Praticam: taxidermia e conservação de espécies marítimas; malacologia; fotografia submarina; caça, apanha e colheita de espécies subaquáticas exclusivamente para fins científicos e culturais, em mergulho livre; mergulho desportivo (com escafandro autónomo) com os objectivos atrás expostos e após autorização das estâncias responsáveis; pesca desportiva; salvamento de naufragos e de acidentes pelo mergulho. Analisam as actividades da pesca industrial em todos os oceanos. Preparam a promoção de conferências e colóquios, devidamente ilustrados, acerca dos temas referidos. Colaboram com a imprensa

(dando notícias e fornecendo artigos) e com as entidades turísticas na propaganda da região».

E dava-se já um olhar para o fundo marinho desde S. Julião da Barra até à Guia. A corrente do Tejo constituía um obstáculo; assinalavam, todavia, a existência, ao largo, de um fundo rochoso, nalguns pontos com sedimento superficial «palpitante de vida animal», aí pelos 14 metros de profundidade.

### As vicissitudes

A solução no Cruzeiro era provisória; as diligências, morosas. Negociações outras se iam fazendo e... dum momento para o outro, entra em acção a Junta Central das Casas dos Pescadores, sediada na Doca de Pesca, em Pedrouços, a escrever ao Presidente da Junta de Turismo da Costa do Sol (ofício n.º 368, de 18 de Julho de 1973, assinado pelo Comodoro Álvaro Valente Araújo, na qualidade de Director da Escola Profissional de Pesca Dr. Gonçalves de Proença), nestes inusitados termos:

«A fim de se dar começo à montagem nesta Escola Profissional de Pesca do Museu de Biologia Marítima e conforme comunicação que nos foi dada pelo Sr. Francisco Manuel R. Ataíde Garcia, venho solicitar de V. Ex.<sup>a</sup> a especial fineza de ordenar que nos sejam enviadas as doze vitrines pertencentes ao antigo Casino do Estoril e que se encontram actualmente no edifício do Cruzeiro (Monte Estoril)» (*Jornal da Costa do Sol*, 5/4/1975, p. 3).

O certo é que a colecção zarpou (literalmente) para Pedrouços. Sem tir-te nem guar-te. Como resultado das «negociações outras» de que atrás se falava.

Deu-se, entretanto, o 25 de Abril. À frente da Docapesca estava o Almirante Tenreiro e Francisco Reiner verificou que, por ali, o projecto já não iria ter viabilidade. Por isso, a Comissão Administrativa do Concelho de Cascais, presidida pelo Eng.º Mesquita de Abreu, viu-se

confrontada, na sessão de 17 de Março de 1975, com uma petição inesperada, que sintetizei assim, sob o título «Museu Oceanográfico»:

«Francisco Reiner – cuja colecção ocupou tantas colunas no nosso jornal e a quem demos todo o apoio – vem agora (que lhe faltou o apoio do Sr. Henrique Tenreiro) oferecer à C. A. de Cascais a sua colecção para a formação dum Museu Oceanográfico, mediante determinadas condições. A C. A., reconhecendo muito embora a importância do assunto e a sua transcendência para a Costa do Sol, vai entrar em negociações com o senhor» (*Jornal da Costa do Sol*, 22-3-1975, p. 8).

Em carta à redacção do jornal (publicada a 29 de Março, p. 2), Francisco Reiner explicou, sem dar pormenores, que, ao contrário dos seus desejos «e da intenção inicial da Junta de Turismo da Costa do Sol, de se fazer um museu», fora informado «que tinha de deixar livres as referidas instalações» no Cruzeiro. Do contacto havido, pois, com a Junta Central das Casas dos Pescadores, fora-lhe cedida «uma instalação para a armazenagem do museu».

Historiando o que haviam sido as peripécias mais recentes deste espólio, *Jornal da Costa do Sol* volta ao assunto na edição de 7 de Junho (p. 3), referindo-se ao facto de Francisco Reiner, que trabalhava então como técnico de museologia no Aquário Vasco da Gama, ver a sua colecção «armazenada aqui e ali, sem a devida acomodação, sujeita a toda a espécie de deteriorações. Há peixes raros, colocados em formol; outros, enormes, dentro de tanques...».

E, dado que as duas comissões administrativas – a municipal e a da Junta de Turismo – nada haviam resolvido, explicava-se:

1.º) «A inexistência, em Cascais, de um museu que nos fale do seu passado piscatório, dos costumes dos seus pescadores, dos barcos – tantos! – que se afundaram nos seus rochedos é falha inconcebível!...»;

2.º) «Ainda estão na Capitania os canhões encontrados em Junho de 1972! Há três anos! TRÊS anos em que as entidades patentearam

o seu descuido e em que a burocracia mostrou bem o que vale. Um dos canhões – florentino, do século XVII, com inscrições e notáveis ornamentos, de bronze – tem o maior interesse arqueológico. Pois lá continua, sem qualquer resguardo! Fundando-se um museu do mar em Cascais, este e outros achados nele se incorporariam de imediato».

3.º) «Todas as companhias da região teriam o maior empenho em oferecer ao museu os espécimes mais originais que encontrassem». De resto, nessa mesma página se dava conta de «uma espécie muito rara» aparecida na lota: um seláceo macho, pescado a sudoeste do Cabo Espichel, pertencente à espécie *Cblamytoselachus Anguineus* Garman (1884).

4.º) Apresentara a RTP, no dia 1 de Junho de 1975, um documento sobre a pesca de arrasto ao largo da baía, testemunho para figurar também no futuro museu.

No artigo «Um museu do mar na Costa do Sol» (*Jornal da Costa do Sol*, 21-6-1975, p. 4), recorda-se o que atrás se disse; salienta-se de novo a importância do espólio; e sugerem-se locais passíveis de o albergar: a cidadela; o forte junto ao farol da Guia, onde, na altura, não funcionaria bem (escreve-se...) o chamado Laboratório Marítimo do Museu Bocage; «o edifício recentemente cedido ao Município para nele instalar o Museu Verdades de Faria»...

Entretanto, a 16 de Abril, por despacho do Secretário de Estado das Finanças, foram cedidas à Câmara as instalações da Parada, a título precário e mediante o pagamento da compensação anual simbólica de cem escudos, sublinhando-se que o imóvel «se destina a ser utilizado pela população local». O auto de cessão virá a ser assinado apenas a 9 de Julho de 1976. Recorde-se que, para parte das gentes de Cascais, a Parada, que fora sede do Sporting Clube da Parada, simbolizava, de certo modo, a burguesia local, endinheirada; e, por isso, o edifício foi ocupado em Fevereiro de 1975; destruiu-se

a documentação existente e nele se pensou em, revolucionariamente, instalar um infantário popular. Também no espaço adjacente ao edifício se fez, em 1975, a Feira do Artesanato (*Jornal da Costa do Sol*, 12-7-1975, 1.<sup>a</sup> página).

Quanto à colecção de F. Reiner (espécies ornitológicas e piscícolas e objectos arqueológicos), a Comissão Administrativa municipal decidiu, na reunião de 23 de Julho de 1975, autorizar que fosse instalada no 1.º piso do edifício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Cascais. Uma decisão que prontamente apoiei (*Jornal da Costa do Sol*, 2 de Agosto de 1975, p. 2), dizendo da necessidade de vitrinas e do apoio de todos para que a colecção «venha para ficar e fique mesmo».

E começam as notícias sobre iniciativas ligadas a este projecto. A 30 de Julho, recebe-se um exemplar conhecido na Madeira por “Requeme de natura” (*Setarches guentheri*, Johnson, 1862), que se julga ser o primeiro obtido na nossa costa, exemplar que «foi integrado nas colecções do futuro Museu Oceanográfico de Cascais» (*Jornal da Costa do Sol*, 9-8-1975, p. 3). A 3 de Agosto fora pescado, na zona da Guia, um tubarão-raposa (*Alopias Volpinus* [Bonnaterre, 1788]), também para integrar na colecção – escreveu-se na edição de 16 de Agosto do *Jornal da Costa do Sol* (p. 5), onde igualmente se dá conta das diligências feitas junto da capitania para que seja entregue à guarda da Câmara o canhão florentino atrás referido, e do início da instalação nos Serviços Municipalizados das peças para o Museu do Mar.

Em local de 1.<sup>a</sup> página, a redacção de *Jornal da Costa do Sol* critica, com veemência, na edição de 4 de Outubro de 1975, o facto de terem passado seis meses e a Parada não ter sido «praticamente utilizada». Para que serviu a ocupação? – pergunta-se e apela-se para que se ponha termo a essa situação de «total inaproveitamento de tão belo recinto» por parte de uma Comissão Administrativa «que não parece nada disposta a aceitar a entrega da Parada».

A 1 de Novembro de 1975, *Jornal da Cosa do Sol* dava conta d'«O que se fez e se pensa fazer na Parada», tudo apontando, por conseguinte, para a instalação do infantário, para o qual já se havia, inclusive, recebido verba de apoio por parte da Fundação Calouste Gulbenkian. Creche, jardim-de-infância, ateliê e centro desportivo eram as valências previstas. Aguardava-se, ainda, a cedência formal à Câmara por parte do Ministério das Finanças, mau grado se ter recebido, há meses, um ofício nesse sentido.

A 13 de Dezembro, também em 1.<sup>a</sup> página, traz o *Jornal da Costa do Sol* uma fotografia que mostra, no pavimento, «aves embalsamadas e ânforas diversas aguardando colocação nos Serviços Municipalizados de Cascais». E, a 27 (p. 8), com nova foto de ânforas, pergunta-se quando será aberto «este importante espólio oceanográfico».

Sabe-se, pela entrevista concedida por Francisco Reiner, publicada a 10 de Janeiro seguinte, sempre no *Jornal da Costa do Sol*, que nessa sede, aos fins-de-semana, nos feriados e à noite, a equipa foi trabalhando em restauro, classificação e conservação das peças. A foto então publicada (Fig. 1) mostra bem o que já na altura havia para ver e que Francisco Reiner resumiu assim:



Fig. 1 – Espécies a monte nos Serviços Municipalizados

«4 mamíferos marinhos, 112 aves marinhas e aquáticas, 26 répteis marinhos, 70 peixes montados, cerca de 300 peixes em via húmida, centenas de conchas de moluscos marinhos e corais, 20 moluscos marinhos, 70 equinodermes e vermes, 200 achados arqueológicos, 89 ânforas (completas e fragmentos), 160 crustáceos».

Essa ocupação de espaço não agradou, todavia, à comissão de trabalhadores, que invocou a perda de local para reunião, o excessivo consumo de energia eléctrica, as verbas a despender, o incómodo causado pelos visitantes...

Esse o motivo por que *Jornal da Costa do Sol* dava como título à citada entrevista «Finalmente, um destino para a Parada: A instalação do Museu do Mar que desempenhará importante papel na dinamização cultural da Costa do Sol», anunciando haver já «importante dotação no orçamento municipal do corrente ano de 1976».

### **Em busca de soluções físicas e pessoais**

Tal decisão da Comissão Administrativa iria implicar, como se imagina, uma série de diligências burocráticas e arquitectónicas, cujo miúdo entrecho se omitirá no contexto desta evocação, até porque nas reuniões camarárias desse período ainda as propostas de apoio às iniciativas culturais encalhavam, de vez em quando, com objecções sobre o seu carácter prioritário face a outras necessidades prementes da população, designadamente a mais desfavorecida (tratamento dos clandestinos, erradicação dos bairros de barracas...). Mas, por entre esses naturais e compreensíveis escolhos, lá se foi caminhando.

Apontem-se, por conseguinte, algumas das fases por que o processo passou:

– Em Novembro de 1977, o Presidente da Câmara, Gonçalves Ferreira, solicita ao Serviço de Arquitectura municipal a imediata elaboração de um estudo de viabilização do aproveitamento da Parada

para a instalação do Museu do Mar, a apresentar à Câmara e à Assembleia Municipal.

– Em reunião de Câmara de 25 de Janeiro de 1978, ficou deliberado, por maioria, contratar Francisco Reiner, «em regime de prestação de serviços», como «técnico de museologia, pelo prazo de seis meses», com a possibilidade de, findo esse prazo, o contrato ser prorrogado ou rescindido; o objectivo da contratação: a instalação e funcionamento do Museu do Mar.

– Por despacho de 5 de Maio de 1978, determina o Presidente da Câmara que se iniciem as obras para a referida instalação, «consideradas de muito interesse e urgência», «cometidas à Comissão de Edifícios Municipais».

– Em Junho de 1978, o anteprojecto das obras a efectuar é enviado, para conhecimento e, desde logo, se encararem possibilidades de financiamento, à Direcção-Geral do Turismo, Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, Junta de Turismo da Costa do Sol, Comissão de Obras da Zona de Jogo do Estoril, Fundação Calouste Gulbenkian, Secretaria de Estado da Cultura e Direcção-Geral do Património.

– Em Julho, após visita ao local, engenheiros da Direcção-Geral do Património deram o seu assentimento informal à pretensão camarária.

– Em Agosto, a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico deu parecer favorável ao anteprojecto, pondo apenas algumas reservas do ponto de vista da remodelação urbanística proposta.

Como, entretanto, se concluiu que a criação de um museu municipal não carecia do consentimento das entidades governamentais ligadas ao sector da Cultura, as obras foram prosseguindo, com altos e baixos, sujeitas a pareceres e rectificações, de modo que, em reunião de 28 de Março de 1983, foi mesmo aprovada a proposta de ser criado um «Gabinete para a Conclusão das Obras do Museu do Mar».

Deve-se ao Arquitecto José Manuel Vieira Santos extensa (19 páginas A4 dactilografadas) e mui completa «memória descritiva e justificativa» do projecto de aproveitamento da Parada para instalar o Museu do

Mar, datada de Maio de 1981. Aí se previam, na orgânica do museu, departamentos de História Natural, Arqueologia Submarina, Aquariologia, Arquitectura Naval e Etnografia, Educação e Divulgação; e, finalmente, serviços de apoio, entre os quais se incluíam, por exemplo, laboratórios de investigação, taxidermia e fotografia.

Dir-se-á que as perspectivas para que se apontava eram, na realidade, ambiciosas – mas ambição não é pecado e, embora nem sempre de pés bem assentes no chão, sempre se proclamou com António Gedeão que «o sonho comanda a vida». Veja-se que, nessa memória, Vieira Santos escreveu o seguinte, no ponto 8.3:

«O facto de o Museu se situar a umas escassas centenas de metros do mar fez levantar a hipótese (fecunda) de se estabelecer uma conduta de água salgada que alimentasse as várias estruturas do complexo do Museu, nomeadamente o Aquário, os tanques de mamíferos marinhos e eventualmente um futuro delfinário.

Na realidade, a própria experiência com as otárias existentes tem mostrado as desvantagens da permanência dos animais marinhos em água doce.

Em relação ao traçado da referida conduta, o mais aconselhável é sem dúvida o que passe pelo Campo Hípico e pelo Parque Gandarinha (pelo leito da ribeira) até à Praia de St.<sup>a</sup> Marta, donde a água seria bombada».

### **Um desfecho inesperado**

Fica por historiar esse período inicial do museu já instalado na Parada.

A equipa de Francisco Reiner começara de imediato o trabalho, com grande repercussão a nível nacional e internacional. Multiplicavam-se as ofertas dos pescadores quer a nível de apetrechos tradicionais, de trajos típicos e de fotografias quer de espécimes raros apanhados

nas redes. Houve investigadores estrangeiros que vieram, na sequência dos contactos já de longe estabelecidos por F. Reiner. Começaram a fazer-se publicações sobre temas específicos, da autoria de conceituados investigadores nacionais e estrangeiros. O Museu do Mar ganhava repercussão aos mais variados níveis.

Toda a burocracia foi, porém, demasiado lenta. Os anticorpos começaram a surgir. E, para além da sempre problemática questão das estruturas arquitectónicas e do enquadramento paisagístico, duas questões se não conseguiram resolver em tempo oportuno: a da posse dos exemplares e a da situação profissional de Francisco Reiner. Desejava este ser director do museu, pretensão justificável atendendo ao percurso feito por ele e pela colecção; questões administrativas (nomeadamente o facto de não possuir habilitações académicas para o efeito) foram adiando uma resolução. Quanto aos exemplares, descurou-se a necessidade de salvaguardar, através de protocolo, a sua posse pela Câmara.

Por isso, um belo dia, tendo-se a Câmara desentendido com F. Reiner ou F. Reiner com a Câmara, num ápice toda a colecção levou sumiço, porque era... privada! Não do Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina, mas de Francisco Reiner, que a levou consigo! As doações, nomeadamente, haviam sido feitas a Francisco Reiner e não ao Museu do Mar!...

Um sonho que desabou: as expedições feitas e programadas; as colecções publicadas e por publicar; os estágios, mercê, por exemplo, da excelente e indispensável colaboração com o Laboratório Marítimo da Guia, através do Professor Saldanha Sanches; os intercâmbios internacionais; um museu que granjeara prestígio nacional e internacional... As otárias já haviam seguido para outros destinos. O completíssimo organigrama previsto caía assim por terra...

Lançou-se mão de procedimentos judiciais, como é de norma nestes casos; mas... para usarmos uma expressão popular, a Câmara ficou com o menino nos braços; não sabia bem como aleitá-lo e muito

menos donde lhe poderia vir dinheiro para comprar o leite necessário à sua sobrevivência...

Um período, como se referiu, para melhor historiar, na certeza de que, mau grado todas essas vicissitudes, a ideia de Museu do Mar se manteve, muito devido também à acção do Grupo dos Amigos que rapidamente se institucionalizou, em 1999, como «força de pressão».

Da colecção de Francisco Reiner nada mais se soube! Nem onde está nem para onde, um dia, há-de ir! “Levou sumiço”, como atrás se escreveu. Paulatinamente, o Museu do Mar foi ajuntando o que sobrara; ganhou outros espólios; os pescadores voltaram a ver nele o repositório das suas tradições e memórias; os técnicos esmeraram-se e o Museu do Mar de Cascais, tendo como patrono el-rei D. Carlos I, continua a ser mui promissora realidade museológica em Cascais, com uma missão bem definida a cumprir: não já a da preconizada investigação científica, mas, primordialmente, a desse repositório de tradições e memórias.

### **O espaço envolvente**

Mui cobiçado foi, desde logo, o espaço circundante, para onde chegou a pensar-se – dada a existência de espécies arbóreas dignas de interesse – «um mini-jardim botânico que o microclima e a função do local plenamente justificam».

E porque se sentia, alfim, a necessidade de «reformular o Museu do Mar», vem a ser aprovada por unanimidade, na reunião camarária de 10 de Março de 2003, a proposta 157/2003, da vereadora da Cultura, Ana Clara Justino, que visava instalar no perímetro da Parada o Museu Municipal de Arqueologia, associando-se, assim, «dois discursos museológicos complementares: construção histórica da imagem de memória de Cascais e identidade marítima do espaço concelhio».

De acordo com a proposta, caberia ao Museu do Mar apresentar «uma visão das características marítimas do espaço regional de

Cascais, abarcando áreas como a zoologia e a botânica marinhas ou a oceanografia, contemplando ainda a etnologia marítima e a arqueologia subaquática, esta última sobretudo na vertente da memória dos naufrágios, numa articulação complementar com o discurso histórico do Museu Municipal de Arqueologia». A este se atribuía a missão de dar a «visão da ocupação territorial antiga do concelho de Cascais através dos vestígios materiais que foram sendo recolhidos e estudados ao longo de mais de um século de investigação arqueológica no espaço concelhio, alguns dos quais se afirmam como colecções de referência a nível nacional e internacional». Uma biblioteca especializada apoiaria ambas as instituições; a loja e a cafetaria, também para as servir, ficariam num edifício adjacente.

Contra essa proposta veementemente se insurgiu de imediato o Grupo dos Amigos do Museu do Mar, em carta aberta ao Presidente da Câmara – na ocasião, António Capucho – assinada pelo Presidente da Direcção, Fausto Brito e Abreu. Salienta-se nessa exposição que se prejudicaria a necessária expansão do museu, «um dos museus municipais mais visitado do país, com cerca de 20 000 visitantes/ano, um museu, aliás, com grandes potencialidades e que só a falta de investimento da Câmara na última década impedira de se desenvolver e modernizar. Além de afectar a área verde, a nova construção impediria a concretização de um «parque de atracções ligadas à temática do Mar». Solicitava-se, por conseguinte, que se procurasse uma alternativa.

Mais uma vez se advogava, em Cascais, a urgente necessidade de haver um Museu de Arqueologia, inclusive porque é abundante e assaz significativo o espólio existente. Já noutras ocasiões se pensara nesse equipamento: para a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz ou para o edifício do antigo Convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, dos Carmelitas Descalços, após as obras de profunda beneficiação a que fora sujeito, com a realização prévia de escavações arqueológicas em 1992, 1995, 1996 e 2000. Para a Fortaleza nada se logrou fazer aprovar; no

caso do convento – hoje, Centro Cultural de Cascais, aberto a 15 de Maio de 2000 – privilegiaram-se as Artes Plásticas, criando-se salas de exposição.

Também desta vez assim se desvaneceu o sonho dos arqueólogos, que haviam chegado a propor, na ocasião, o aproveitamento, para o efeito, do espaço deixado livre pela demolição, em final de 2002, do Pavilhão de Desportos, sito do outro lado da Avenida da República, perto também, por consequência, do Museu do Mar.

Reacção idêntica não viria, no entanto, a registar-se quando, em 31 de Julho de 2006, a Câmara Municipal aprovou o contrato para a instalação na Parada de um projecto museológico dedicado às obras de Paula Rego e de seu marido. Certamente por se tratar de proposta que incluía a doação de um conjunto muito significativo de desenhos, gravuras e litografias, e, por outro lado, por depressa se haver elogiado a boa integração do projecto arquitectónico, deveras singular, gizado pelo consagrado arquitecto Eduardo de Souto Moura – a Casa das Histórias Paula Rego não causou engulho de maior.

## **Conclusão**

Neste final de 2019, os dois museus (Casa das Histórias e Museu do Mar) convivem em pleno. O Museu do Mar, que continua a ser o mais visitado museu de Cascais, integrou-se bem na realidade «Bairro dos Museus»: Museu dos Faróis, Casa de Santa Maria, Museu dos Condes de Castro Guimarães, Centro Cultural de Cascais e Casa Duarte Pinto Coelho, Casa das Histórias Paula Rego e Casa Sommer (Arquivo Municipal).

Bastante ligado, pelas suas características, ao Forte de São Jorge de Oitavos, continua a deter papel relevante na oferta cultural da vila, sendo privilegiado, por exemplo, pela comunidade escolar. Mantém a secção de fauna marítima. Um longo corredor homenageia a comunidade piscatória cascalense (Fig. 2). A história da oceanografia,



Fig. 2 – Ex-voto a N.ª Sr.ª dos Navegantes.

réplicas de embarcações, instrumentos náuticos, fósseis, a evocação da actividade do seu patrono, el-rei D. Carlos – constituem alguns dos bem saborosos ingredientes que uma visita nos serve.

Quem o visita, porém, nem suspeita do longo e tortuoso caminho que foi necessário percorrer. Desse aqui se apresentaram as fases primordiais; outras há, de facto, para detalhadamente contar!

## Bibliografia

ENCARNAÇÃO, José d' (1975), *Índices e Suplemento de "Cascais, Vila da Corte"*. Cascais: Câmara Municipal.

*Textos citados, publicados no Jornal da Costa do Sol (por ordem cronológica)*<sup>1</sup>

«Achados que podem ter valor ornamental e turístico», *Jornal da Costa do Sol*, 20 de Agosto de 1966.

Viriato DIAS, «Cascais: para a sua velha cidadela, aproveitamento digno», *Jornal da Costa do Sol*, 22 de Março de 1969, p. 1 e 7.

<sup>1</sup> Quando não se indica o autor, trata-se de textos não assinados, da responsabilidade da redacção do jornal.

- José d'ENCARNAÇÃO, «Tubarões – Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina. Extraordinária riqueza que a Costa do Sol não deve deixar escapar», *Jornal da Costa do Sol*, 8 de Abril de 1972, p. 11.
- «Êxito obtido! – Graças à Junta de Turismo, a Costa do Sol espera vir a ter um museu de peixes e aves marinhas embalsamadas», *Jornal da Costa do Sol*, 29 de Abril de 1972, p. 7.
- «Actividades do Núcleo de Estudos Pesquisa Submarina da Costa do Sol», *Jornal da Costa do Sol*, 8 de Julho de 1972, p. 7.
- «Museu Oceanográfico», *Jornal da Costa do Sol*, 22 de Março de 1975, p. 8.
- «A propósito do Museu Oceanográfico», *Jornal da Costa do Sol*, 29 de Março de 1975, p. 2 [carta de Francisco Reiner].
- «Ainda o Museu Oceanográfico – Esclarecimento», *Jornal da Costa do Sol*, 5 de Abril de 1975, p. 3.
- «Museu do Mar – Uma realidade para quando?», *Jornal da Costa do Sol*, 7 de Junho de 1975, p. 3.
- «Uma espécie muito rara na lota de Cascais», *Jornal da Costa do Sol*, 9 de Agosto de 1975, p. 3.
- «Um museu do mar na Costa do Sol», *Jornal da Costa do Sol*, 21 de Junho de 1975, p. 4.
- «Acerca da Feira do Artesanato», *Jornal da Costa do Sol*, 12-de Julho de 1975, p. 1.
- José d'ENCARNAÇÃO, «Museu do Mar», *Jornal da Costa do Sol*, 2 de Agosto de 1975, p. 2.
- «Uma espécie muito rara na lota de Cascais», *Jornal da Costa do Sol*, 9 de Agosto de 1975, p. 3.
- F. REINER, «Mais uma espécie rara de peixe capturada perto de Cascais», *Jornal da Costa do Sol*, 16 de Agosto de 1975, p. 5.
- «Dois problemas distintos, a mesma inoperância. Casas da Gandarinha e Parada», *Jornal da Costa do Sol*, 4 de Outubro de 1975, p. 1.
- «O que se fez e se pensa fazer na Parada», *Jornal da Costa do Sol*, 1 de Novembro de 1975, p. 1.
- «Museu do Mar», *Jornal da Costa do Sol*, 13 de Dezembro de 1975, p. 1.
- «Museu do Mar», *Jornal da Costa do Sol*, 27 de Dezembro de 1975, p. 8.
- José d'ENCARNAÇÃO, «Finalmente, um destino para a Parada: A instalação do Museu do Mar que desempenhará importante papel na dinamização cultural da Costa do Sol», *Jornal da Costa do Sol*, 10 de Janeiro de 1976, p. 1 e 5.

Obra publicada  
com a Coordenação  
Científica



2



C E I F 2 0  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 2



9 0

I  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS  
U